

1^a
MARA
TONA 
QCONCURSOS

S I M U L A D O

Núcleo Comum

Blocos de **1a7**



CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DO GOVERNO FEDERAL

NÚCLEO COMUM (Blocos 1 a 7)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01 - O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este **Caderno de Questões**, com o enunciado das **50 (cinquenta) questões** objetivas, sem repetição ou falha.

b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia 05/05/2024. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

CONHECIMENTOS GERAIS

01. A Constituição Federal denomina o país como República Federativa do Brasil, utilizando-se de sua forma de governo e de sua forma de estado como elementos definidores do próprio Estado. Sobre o federalismo, assinale a alternativa correta:

(A) o federalismo brasileiro se assemelha com o modelo estadunidense, pois ambos foram decorrentes do movimento centrípeto;

(B) o federalismo brasileiro se assemelha com o modelo estadunidense, pois ambos foram decorrentes do movimento centrífugo;

(C) enquanto o federalismo brasileiro foi formado a partir de um estado unitário que se dividiu em entes federados, o federalismo estadunidense decorreu de uma centralização a partir das antigas colônias;

(D) enquanto o federalismo estadunidense foi formado a partir de um estado unitário que se dividiu em entes federados, o federalismo brasileiro decorreu de uma centralização a partir das antigas capitânicas hereditárias;

(E) o federalismo brasileiro é conhecido pela predominância da União sobre os demais entes federativos, podendo a União realizar, inclusive, a intervenção nos Estados e nos Municípios.

02. A retomada da democracia no Brasil teve como principal símbolo a edição da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”. Sobre a democracia brasileira, é correto afirmar:

(A) os únicos mecanismos de participação democrática direta previstos na Constituição são o plebiscito e o referendo;

(B) a iniciativa popular é inserida dentre os mecanismos de participação direta na democracia brasileira, permitindo a propositura tanto de projetos de lei ordinária quanto de projetos de lei complementar diretamente pelo povo;

(C) a iniciativa popular é inserida dentre os mecanismos de participação direta na democracia brasileira, permitindo a propositura somente de projetos de lei ordinária diretamente pelo povo;

(D) a democracia brasileira somente se exerce por meio de representantes eleitos;

(E) a democracia brasileira pode ser chamada de híbrida, pois mescla mecanismos de democracia direta, como o plebiscito, como mecanismos de democracia representativa, por meio da eleição de representantes, que será exclusivamente direta.

03. Sobre os mecanismos de participação direta da democracia brasileira, assinale a alternativa incorreta:

(A) Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

(B) O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

(C) O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

(D) Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

(E) a iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por seis Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

04. Leia as assertivas a seguir:

I. exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;

II. conceder anistia;

III. planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações;

IV. zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

V. instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

VI. fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

No contexto da federação brasileira, são competências exclusivas da União aquelas descritas em:

(A) I, II, III e V, apenas.

(B) I, III, IV e V, apenas.

(C) II, III, IV e V, apenas.

(D) II, III, V e VI, apenas.

(E) I, II, III, IV, V e VI.

05. Em plebiscito realizado em abril de 1993, o Brasil escolheu o sistema de governo presidencialista, em detrimento do parlamentarista. Sobre o presidencialismo brasileiro, é correto afirmar que:

(A) a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República realizar-se-á, simultaneamente, no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no penúltimo domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente;

(B) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco e os nulos.

(C) Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, far-se-á nova eleição, caso nenhum candidato alcance maioria absoluta na segunda votação, será considerado eleito o candidato mais velho;

(D) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação;

(E) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o mais velho;

06. O presidencialismo brasileiro é caracterizado pela acumulação de funções de chefia de governo e de chefia de estado na mesma autoridade. De acordo com o texto da Constituição Federal, não é atribuição do Presidente da República:

(A) convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

(B) escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

(C) declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

(D) celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

(E) conferir condecorações e distinções honoríficas.

07. Levando em consideração a definição de políticas públicas, é correto afirmar que:

(A) as políticas públicas são ações restritas ao setor privado que visam o lucro e a eficiência operacional.

(B) as políticas públicas são exclusivamente políticas de governo que não envolvem a participação da sociedade civil.

(C) as políticas públicas referem-se a ações e estratégias adotadas pelo governo com o objetivo de solucionar problemas públicos e promover o bem-estar da sociedade.

(D) as políticas públicas são planos de ação que dependem apenas de financiamento estrangeiro para serem executados.

(E) as políticas públicas são iniciativas que devem ser implementadas somente no âmbito municipal.

08. Em relação ao tema ciclos de políticas públicas, a fase de formulação envolve:

(A) a identificação e definição dos problemas públicos, bem como a elaboração de propostas e alternativas de ação.

(B) a simples implementação das políticas já decididas, sem necessidade de ajustes ou debates.

(C) a execução dos projetos e programas estabelecidos sem monitoramento ou avaliação posterior.

(D) a avaliação final das políticas públicas após a sua execução, verificando se os objetivos foram alcançados.

(E) o acompanhamento contínuo das ações implementadas, sem prever correções de rumo ou ajustes necessários.

09. Na fase de monitoramento e avaliação das políticas públicas, é correto afirmar que:

(A) o monitoramento não precisa ser contínuo, pois a avaliação final é suficiente para verificar os resultados.

(B) a avaliação das políticas públicas deve ser realizada exclusivamente por órgãos governamentais, sem a participação da sociedade civil.

(C) a avaliação tem como único objetivo punir os responsáveis pela implementação das políticas em caso de falhas.

(D) o monitoramento é um processo que envolve a coleta sistemática de dados para acompanhar a execução das políticas públicas e fazer os ajustes necessários.

(E) o monitoramento e a avaliação são desnecessários, uma vez que as políticas públicas sempre atingem seus objetivos iniciais.

10. Leia as assertivas a seguir:

I. resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II. autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III. autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV. planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V. limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

São atribuições do Congresso Nacional que não dependem da sanção do Presidente da República aquelas constantes em:

(A) I, II e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) I, IV e V, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

11. O Brasil, que tem uma complexa estrutura federativa, adota um modelo de organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais baseado em princípios que norteiam a articulação entre os entes federativos. Nesse contexto, assinale a alternativa incorreta a respeito das características desse modelo:

(A) os programas nacionais, apesar de concebidos e direcionados pelo Governo Federal, possuem sua execução descentralizada, com participação ativa dos governos estaduais e municipais.

(B) a construção e a implementação dos sistemas de programas nacionais preveem mecanismos formais de participação social, garantindo a voz da sociedade civil organizada na formulação das políticas públicas e na avaliação de seus resultados.

(C) os entes federativos, União, estados e municípios, compartilham responsabilidades na gestão dos sistemas de programas nacionais.

(D) o controle social, exercido pela sociedade civil organizada e pelos órgãos de controle externos, é um elemento fundamental na organização e funcionamento dos sistemas de programas nacionais.

(E) o financiamento dos sistemas de programas nacionais se dá exclusivamente por meio da transferência de recursos da União para os estados e municípios, conforme critérios previamente estabelecidos.

12. A Constituição Federal determina que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Entre as finalidades desse sistema, assinale a alternativa incorreta:

(A) apoiar o controle interno no exercício de sua missão institucional;

(B) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

(C) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

(D) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

(E) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

13. De acordo com o Programa Nacional de Direitos Humanos, o Poder Executivo tem papel protagonista na sua coordenação e implementação, mas faz-se necessária a definição de responsabilidades compartilhadas entre a União, Estados, Municípios e do Distrito Federal na execução de políticas públicas, tanto quanto a criação de espaços de participação e controle social nos Poderes Judiciário e Legislativo, no Ministério Público e nas Defensorias, em ambiente de respeito, proteção e efetivação dos Direitos Humanos. No contexto da Diretriz 5: Valorização da pessoa humana como sujeito central do processo de desenvolvimento, especificamente do objetivo estratégico I: Garantia da participação e do controle social nas políticas públicas de desenvolvimento com grande impacto socioambiental, é certo afirmar que a ação de fortalecer ações que valorizem a pessoa humana como sujeito central do desenvolvimento, enfrentando o quadro atual de injustiça ambiental que atinge principalmente as populações mais pobres é de responsabilidade:

- (A) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, apenas;
- (B) Ministério do Meio Ambiente, apenas;
- (C) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente, apenas;**
- (D) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério das Cidades, apenas;
- (E) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Justiça, apenas.

14. Levando em consideração o sistema de pesos e contrapesos estabelecido pelo sistema constitucional brasileiro para garantir a harmonia e a independência dos Poderes da República, é correto afirmar que:

- (A) cabe ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (B) cabe ao Supremo Tribunal decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- (C) cabe ao Congresso Nacional conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- (D) cabe ao Congresso Nacional apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.**
- (E) cabe ao Presidente da República apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.

15. O conceito de desenvolvimento sustentável tem como objetivo conciliar o progresso socioeconômico com a proteção ambiental e a justiça social. No âmbito das mudanças climáticas, esse conceito assume fundamental importância para a construção de um futuro resiliente e sustentável. Diante desse contexto, assinale a alternativa incorreta a respeito dos princípios basilares do desenvolvimento sustentável:

(A) o desenvolvimento sustentável exige a integração das dimensões ambiental, social e econômica, reconhecendo a interdependência entre esses aspectos e a necessidade de abordá-los de forma conjunta e equilibrada.

(B) o princípio da precaução preconiza a adoção de medidas preventivas diante de riscos ambientais e sociais ainda incertos, mas potencialmente graves, determinando a paralisação de qualquer atividade, mesmo que o dano seja incerto.

(C) a busca pela equidade social e ambiental é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois implica na redução das desigualdades sociais e na garantia do acesso justo aos recursos naturais e aos benefícios do desenvolvimento para todas as pessoas.

(D) as ações da presente geração devem considerar os impactos nas gerações futuras, preservando o meio ambiente e os recursos naturais para que as próximas gerações possam suprir suas necessidades.

(E) a participação ativa da sociedade civil organizada na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas relacionadas ao desenvolvimento sustentável é essencial para garantir a legitimidade e a efetividade dessas ações.

16. As atuais mudanças climáticas, causadas especialmente pela emissão de gases de efeito estufa em decorrência das atividades humanas, representam um dos maiores desafios da atualidade. Seus impactos têm sido sentidos em todo o planeta, com o aumento da temperatura média global, elevação do nível do mar, intensificação de eventos climáticos extremos e alterações nos padrões de precipitação. Diante desse cenário, assinale a alternativa que não corresponde a uma consequência das mudanças climáticas:

(A) o aumento da temperatura global e as alterações nos padrões climáticos podem levar à extinção de diversas espécies de plantas e animais, ameaçando a rica biodiversidade do planeta.

(B) o aumento da temperatura e as mudanças nos padrões climáticos podem favorecer a proliferação de doenças transmitidas por vetores, como malária e dengue, representando um risco à saúde pública.

(C) o aumento da aridez em algumas regiões do planeta, intensificado pelas mudanças climáticas, pode levar à desertificação, com a perda da fertilidade do solo e a degradação dos ecossistemas.

(D) os impactos das mudanças climáticas, como secas, inundações e eventos climáticos extremos, podem deslocar populações de suas casas e comunidades, gerando fluxos migratórios forçados e intensificando os desafios sociais.

(E) aumento da produção agrícola, por meio do aumento da temperatura que acaba acelerando a produtividade.

17. Leia as assertivas a seguir:

I. a memória social contribui para o combate à impunidade de crimes contra os direitos humanos, exigindo a responsabilização dos agentes públicos e privados que cometeram violações, seja por meio da justiça criminal, seja por mecanismos de reparação não judicial.

II. o resgate da memória social e o enfrentamento do autoritarismo são essenciais para prevenir a repetição de violações de direitos humanos, pois ao reconhecer as raízes históricas do autoritarismo e das atrocidades do passado, é possível impedir a repetição dos erros do passado.

III. a garantia de não repetição de violações de direitos humanos exige o compromisso com a memória social, a investigação e o julgamento dos responsáveis por crimes do passado, a adoção de medidas para prevenir novas violações e a reparação integral das vítimas.

IV. a reconstrução da verdade histórica, por meio da investigação, do registro e da divulgação dos fatos que caracterizaram regimes autoritários e violações de direitos humanos, é fundamental para a construção da memória social e para o processo de reconciliação nacional.

V. a memória social e o enfrentamento do autoritarismo devem ser temas de amplo debate público, promovendo a educação em direitos humanos, a reflexão crítica sobre o passado e a participação social na construção de um futuro mais justo e democrático.

A memória social e o enfrentamento do autoritarismo se configuram como elementos indissociáveis na luta pela efetivação e reparação dos direitos humanos.

Através da preservação e do reconhecimento das atrocidades do passado, busca-se combater a cultura do silêncio, promover a justiça e construir uma sociedade mais justa e democrática.

Estão corretas, nesse sentido, as afirmativas constantes em:

(A) I, II e III, apenas.

(B) I, III, IV e V, apenas.

(C) II, III e IV, apenas.

(D) III, IV e V, apenas.

(E) I, II, III, IV e V.

18. Caso o governo implemente um programa nacional destinado a reduzir a desigualdade de renda, que inclui medidas como aumento do salário-mínimo, criação de empregos, e redistribuição de renda por meio de impostos progressivos. Com base nesse exemplo, é correto afirmar que:

(A) as políticas de combate à desigualdade de renda devem focar exclusivamente em doações e caridade por parte do setor privado.

(B) a implementação de políticas de redistribuição de renda pode contribuir significativamente para a redução das desigualdades de renda em um país.

(C) As políticas de combate à desigualdade de renda devem ser temporárias e não precisam de monitoramento ou avaliação.

(D) A redução da desigualdade de renda só pode ser alcançada através de investimentos estrangeiros.

(E) o aumento do salário-mínimo é uma medida ineficaz e não deve ser considerada em programas de combate à desigualdade de renda.

19. Um dos temas mais importantes relacionados às políticas públicas brasileiras é, sem dúvida, a promoção da seguridade social.

Nesse sentido, prevê a Constituição que compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

(A) nacionalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(B) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irredutibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(C) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; irreduzibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão bipartite, com participação dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

(D) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; possibilidade de redutibilidade do valor dos benefícios excepcionalmente; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(E) universalidade da cobertura e do atendimento; uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

irreduzibilidade do valor dos benefícios; equidade na forma de participação no custeio; diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; e caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

20. Imagine um país que implementa um programa de desenvolvimento regional que inclui investimentos em infraestrutura, educação e saúde nas áreas mais pobres, juntamente com políticas de incentivo à contratação de trabalhadores mais velhos. Sobre essa política pública, pode-se afirmar que

(A) políticas de incentivo à contratação de trabalhadores mais velhos podem ajudar a reduzir as desigualdades etárias no mercado de trabalho.

(B) investimentos em infraestrutura, educação e saúde nas áreas mais pobres não têm impacto na redução das desigualdades regionais.

(C) o combate às desigualdades regionais e etárias deve ser deixado exclusivamente para o setor privado, sem a intervenção governamental.

(D) programas de desenvolvimento regional não devem incluir investimentos em educação e saúde.

(E) a desigualdade regional só pode ser reduzida através da migração das populações mais pobres para áreas mais ricas.

21. Usando como referência o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, NÃO está entre os primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele:

- (A) o zelo.
- (B) o decoro.
- (C) a eficiência.**
- (D) a dignidade.
- (E) a consciência dos princípios morais.

22. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, a moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre:

- (A) o decoro.
- (B) a eficiência.
- (C) a legalidade.
- (D) o bem comum.**
- (E) a impessoalidade.

23. Assinale a opção que preenche corretamente, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, as lacunas a seguir:

Salvo os casos de _____, _____ ou _____ do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

- (A) segurança pública - investigações policiais - interesse superior.
- (B) segurança nacional - investigações policiais - interesse superior.**

(C) segurança pública - investigações policiais - interesse administrativo.

(D) segurança pública - investigações policiais - interesse administrativo.

(E) segurança nacional - investigações administrativas - interesse superior.

24. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal afirma que toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de:

- (A) proibidade no serviço público.
- (B) inadequação do servidor público.
- (C) desmoralização do serviço público.**
- (D) inconseqüência do servidor público.
- (E) descaracterização do serviço público.

25. É dever fundamental do servidor público, expresso no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

(A) desempenhar, em seu tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.

(B) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança individual.

(C) tratar desidiosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.

(D) jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.

(E) ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços particulares.

26. NÃO é vedação ao servidor público, expressa no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal:

- (A) desviar servidor público para atendimento a interesse particular.
- (B) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- (C) alterar ou deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências.
- (D) iludir ou tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.

(E) Exercer qualquer atividade profissional ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho público.

27. Assinale a opção que preenche corretamente, de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, as lacunas a seguir:

A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de _____ e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por _____ os seus integrantes, com _____.

- (A) censura – todos – ciência do faltoso.**
- (B) censura – maioria – ciência do faltoso.
- (C) suspensão – todos – ciência do faltoso.
- (D) censura – todos – autorização do faltoso.
- (E) suspensão – maioria – autorização do faltoso.

28. É princípio da governança pública, de acordo com o decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017:

- (A) eficiência.
- (B) integridade.**
- (C) moralidade.
- (D) assiduidade.
- (E) participação.

29. NÃO é uma diretriz da governança pública presente no decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional):

- (A) promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente aqueles prestados por meio eletrônico.
- (B) articular instituições e coordenar processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com vistas a gerar, preservar e entregar valor público.
- (C) direcionar ações para a busca de resultados para a sociedade, encontrando soluções tempestivas e inovadoras para lidar com a limitação de recursos e com as mudanças de prioridades.
- (D) monitorar o desempenho e avaliar a concepção, a implementação e os resultados das políticas e das ações prioritárias para assegurar que as diretrizes estratégicas sejam observadas.

(E) fazer incorporar padrões mínimos de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades.

30. De acordo com o decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional), é um mecanismo para o exercício da governança pública:

- (A) estratégia.**
- (B) adequação.
- (C) conveniência.
- (D) oportunidade.
- (E) competitividade.

31. De acordo com o decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017: Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, NÃO terão como eixo:

- (A) O comprometimento e apoio da alta administração.
- (B) O monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.
- (C) A análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade.
- (D) A existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade.

(E) A utilização dos resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho.

32. NÃO constitui expressamente uma das diretrizes previstas na lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Acesso à informação):

- (A) desenvolvimento do controle social da administração pública.
- (B) observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.**
- (C) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
- (D) fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- (E) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

33. Para os efeitos da lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Acesso à informação), considera-se “informação pessoal”:

- (A) aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.**
- (B) qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

(C) qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

(D) aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

(E) dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

34. NÃO é um princípio e/ou diretriz do Governo Digital e da eficiência pública, previsto na lei nº 14.129, de 29 de março de 2021:

(A) o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão.

(B) o uso da tecnologia para mitigar processos de trabalho da administração pública.

(C) o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública.

(D) a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços.

(E) o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos.

35. Assinale o item que preenche correta e especificamente a lacuna a seguir:

A _____ é o termo geral normalmente utilizado para se referir ao preconceito e à discriminação em razão de orientação sexual. No caso, pessoas que se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo (gays, lésbicas ou bissexuais).

(A) misoginia.

(B) transfobia.

(C) homofobia.

(D) injúria racial.

(E) discriminação racial.

36. Assinale o item que preenche correta e especificamente a lacuna a seguir:

A _____ é o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero, contra travestis e transexuais. Uma pessoa transexual possui uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico.

- (A) misoginia.
- (B) transfobia.**
- (C) homofobia.
- (D) injúria racial.
- (E) discriminação racial.

37. O tipo de racismo, camuflado de piada, humor hostil e brincadeiras disfarçadas de ofensas contra grupos específicos, é chamado especificamente de:

- (A) laboral.
- (B) reverso.
- (C) recreativo.**
- (D) estrutural.
- (E) conjuntural.

38. A forma de discriminação e preconceito contra pessoas com base na idade - manifestada como piadas, infantilização e atitudes de exclusão, e pode afetar a saúde física e mental das pessoas mais velhas, contribuindo para o seu isolamento social -, é chamada de:

- (A) racismo.
- (B) etarismo.**
- (C) misoginia.
- (D) xenofobia.
- (E) capacitismo.

39. Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A definição refere-se a:

- (A) Povos aculturados.
- (B) Comunidades Ribeirinhas.
- (C) Povos indígenas, somente.
- (D) Povos e Comunidades Tradicionais.**
- (E) Comunidades quilombolas, somente.

40. A Lei 14.532, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, sancionada em janeiro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também protege a:

- (A) Liberdade de Crença.**
- (B) Acesso à Informação.
- (C) Liberdade de Reunião.
- (D) Liberdade de Profissão.
- (E) Liberdade de Expressão.

41. No município X, o Poder Legislativo municipal decidiu encerrar a sessão sem, no entanto, aprovar a proposta orçamentária para o exercício seguinte. Isso ocorreu porque não houve acordo durante as discussões. No entanto, Mévio, o prefeito do município, deu início à execução dos programas que estavam previstos na proposta orçamentária, ao argumento de que os serviços e obras eram indispensáveis para as atividades.

Dessa forma, vê-se que o prefeito Mévio deixou de observar princípio da administração pública, regra que visa garantir um desempenho do serviço público. No caso em tela, a conduta do prefeito feriu qual princípio?

- (A) princípio da legalidade**
- (B) princípio da eficiência
- (C) princípio da transparência
- (D) princípio da moralidade
- (E) princípio da publicidade

42. No âmbito da administração pública, o princípio da impessoalidade é fundamental para garantir que as ações dos agentes públicos sejam realizadas de forma neutra, sem favorecimentos ou perseguições pessoais. Assinale a alternativa que melhor descreve o princípio da impessoalidade.

(A) O princípio da impessoalidade determina que a administração pública deve priorizar os interesses pessoais dos agentes públicos em detrimento do interesse público.

(B) O princípio da impessoalidade exige que as decisões administrativas sejam tomadas com base em critérios objetivos e impessoais, visando o interesse público e evitando favoritismos.

(C) O princípio da impessoalidade permite que os agentes públicos utilizem seu cargo para promover interesses pessoais, desde que isso não prejudique a administração pública.

(D) O princípio da impessoalidade se aplica apenas às decisões administrativas de alto impacto e não às atividades rotineiras dos servidores públicos.

(E) O princípio da impessoalidade impede a administração pública de realizar qualquer ação que beneficie diretamente um cidadão específico, independentemente da legalidade dessa ação.

43. O princípio da moralidade é um dos fundamentos da administração pública, exigindo que os agentes públicos atuem com ética e integridade. Sobre o princípio da moralidade, assinale a alternativa correta:

(A) O princípio da moralidade permite que atos administrativos contrários à ética sejam justificados se houver um benefício econômico para a administração pública.

(B) O princípio da moralidade exige que os agentes públicos ajam conforme a lei e os padrões éticos aceitos pela sociedade, mesmo que a lei não especifique claramente a conduta esperada.

(C) O princípio da moralidade aplica-se somente aos agentes políticos e não aos servidores públicos em geral.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da moralidade se aplica a todos os agentes públicos, incluindo tanto agentes políticos quanto servidores públicos.

(D) O princípio da moralidade é relativo e depende exclusivamente dos valores pessoais de cada agente público.

(E) O princípio da moralidade não tem implicações práticas na administração pública, sendo apenas uma diretriz teórica.

44. Tício, servidor público do município Y, decidiu contratar uma empresa para a realização de obras de infraestrutura sem realizar a devida publicidade do processo licitatório, justificando que a empresa escolhida era a mais capacitada e que o tempo era curto para seguir todos os trâmites legais. Em vista desse caso, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor representa a violação do princípio da publicidade:

(A) Tício agiu corretamente, pois a urgência da situação justificava a escolha direta da empresa sem necessidade de publicidade.

(B) Tício poderia ter escolhido a empresa diretamente se tivesse consultado outros servidores sobre a capacidade da empresa.

(C) Tício violou o princípio da publicidade, que exige a divulgação de todos os atos administrativos para garantir transparência e controle social.

(D) Tício não violou o princípio da publicidade, pois a escolha da empresa mais capacitada justifica a falta de publicidade do processo licitatório.

(E) Tício agiu corretamente ao não realizar a publicidade do processo, pois a urgência da obra permitia a dispensa de licitação.

45. Ana, servidora pública responsável pela gestão de projetos no Departamento de Saúde do município de Roseiral, decidiu implantar um novo sistema de agendamento eletrônico para consultas médicas. Apesar do sistema ser moderno e eficiente, Ana não promoveu treinamentos adequados para os funcionários e não realizou uma campanha de divulgação para a população. Como resultado, muitos pacientes continuaram a usar o antigo sistema manual, gerando atrasos e confusão. Em relação ao princípio da eficiência, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve a situação:

(A) Ana agiu de acordo com o princípio da eficiência ao implantar um sistema moderno, independentemente dos problemas de implementação.

(B) Ana violou o princípio da eficiência, pois não considerou todos os aspectos necessários para a implementação bem-sucedida do novo sistema.

(C) Ana cumpriu o princípio da eficiência, pois a modernização do sistema por si só é uma medida eficiente.

(D) Ana não violou o princípio da eficiência, pois qualquer problema decorrente da implementação é natural e não compromete a eficiência administrativa.

(E) Ana poderia ter evitado problemas se tivesse implementado o sistema de forma gradual, sem precisar se preocupar com treinamentos e divulgação.

46. João, servidor público federal, foi designado para chefiar uma nova unidade administrativa no Ministério da Educação. Ao assumir, ele percebeu que a unidade não tinha uma definição clara de suas atribuições, pois faltavam normas internas e os servidores não estavam adequadamente designados conforme suas competências.

Com base no Decreto-Lei nº 200/1967, que trata sobre a organização da Administração Pública Federal, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve como João deve proceder para estruturar a nova unidade administrativa.

(A) João pode definir as atribuições da unidade, estabelecer normas internas claras e distribuir os servidores conforme suas competências, seguindo os princípios da descentralização e da coordenação.

(B) João deve centralizar todas as decisões na chefia da unidade para garantir maior controle e eficiência, conforme o princípio da centralização previsto no Decreto-Lei nº 200/1967.

(C) João deve solicitar que todas as decisões e definições de atribuições sejam feitas exclusivamente pelo Ministro da Educação, conforme o princípio da hierarquia do Decreto-Lei nº 200/1967.

(D) João deve esperar que as definições das atribuições e normas internas venham exclusivamente da Presidência da República, pois a organização das unidades administrativas é competência exclusiva do Presidente, conforme o Decreto-Lei nº 200/1967.

(E) João deve promover a autarquia da unidade, garantindo que ela opere de forma completamente independente das demais unidades do Ministério da Educação, conforme o princípio da autonomia administrativa do Decreto-Lei nº 200/1967.

47. Carlos, servidor público federal, solicitou licença para tratar de interesses particulares por determinado período, conforme previsto na Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Durante a licença, recebeu proposta de emprego em uma empresa privada e decidiu aceitá-la.

Com base na Lei nº 8.112/90, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve a situação de Carlos:

(A) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a licença para tratar de interesses particulares permite o exercício de outra atividade remunerada.

(B) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, desde que tenha comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a nova ocupação.

(C) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a Lei nº 8.112/90 permite a acumulação de cargos públicos e privados durante a licença para tratar de interesses particulares.

(D) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a licença para tratar de interesses particulares é um direito do servidor para buscar outras oportunidades profissionais.

(E) Carlos agiu de forma inadequada ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a Lei nº 8.112/90 veda o exercício de atividade remunerada durante a licença para tratar de interesses particulares.

48. Maria, servidora pública federal, solicitou licença para tratar de interesses particulares por um período de 3 meses, conforme previsto no artigo 81 da Lei nº 8.112/90. Durante a licença, Maria foi convocada para realizar um curso de capacitação oferecido pelo Ministério da Educação, porém não informou ao órgão de origem sobre sua participação no curso. Com base no artigo 81 da Lei nº 8.112/90, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve a situação de Maria:

(A) Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares permite a participação em atividades de aprimoramento profissional.

(B) Maria poderia participar do curso de capacitação, se tivesse comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a participação no curso.

(C) Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, pois a Lei nº 8.112/90 não exige que o servidor comunique atividades educacionais durante a licença para tratar de interesses particulares.

(D) Maria agiu de forma inadequada ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares veda o envolvimento em atividades educacionais.

(E) Maria agiu de forma inadequada ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares não permite o afastamento para participação em cursos ou atividades que não sejam estritamente pessoais.

49. O Decreto-Lei nº 200/1967 estabelece princípios fundamentais para a organização da Administração Pública Federal. Com base neste decreto, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve um dos princípios fundamentais da estrutura organizacional da Administração Pública:

(A) Centralização, que determina que todas as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelo Presidente da República, garantindo a unidade de comando.

(B) descentralização, a que se refere à distribuição de competências dentro de um mesmo órgão ou entidade, possibilitando maior eficiência administrativa.

(C) autonomia, que permite que cada órgão público opere de forma independente, sem a necessidade de seguir as diretrizes gerais estabelecidas pelo Executivo.

(D) delegação, que tem como única exceção a transferência de competência do Presidente da República para os ministros de Estado, visando descentralizar a gestão administrativa.

(E) coordenação que, embora não prevista expressamente no Decreto-Lei 200/1967, determina a atuação integrada entre os diversos órgãos da Administração Pública, assegurando a eficácia na execução das políticas públicas.

50. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Com base nesta lei, analise as alternativas abaixo e assinale a que melhor descreve um dos princípios fundamentais da Lei de Responsabilidade Fiscal:

(A) O princípio da transparência, que determina que todas as informações relativas à gestão fiscal devem ser amplamente divulgadas, garantindo o acesso público aos dados financeiros do governo

(B) O princípio da redistribuição, que estabelece que o governo deve redistribuir os recursos orçamentários de forma equitativa entre os diferentes estados e municípios da federação.

(C) O princípio do nepotismo, que veda a contratação de parentes de autoridades públicas para cargos em comissão ou funções de confiança.

(D) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, que determina que todas as decisões orçamentárias devem ser orientadas para o benefício da coletividade.

(E) O princípio da autonomia administrativa, que assegura que cada ente federativo pode gerir seus recursos sem a necessidade de seguir as diretrizes fiscais estabelecidas pela União.

GABARITO E COMENTÁRIOS:

01- Enquanto o Brasil adotou o modelo centrífugo, criando estados federados a partir de um estado unitário, o modelo estadunidense, de fato, utilizou o movimento centrípeto, a partir da centralização do poder a partir das 13 colônias.

GABARITO: C

02- O mecanismo da iniciativa popular permite a propositura, diretamente pelo povo, de projetos de lei. Como a Constituição não limite a espécie de lei que pode ser proposta pelo povo, a doutrina entende que o projeto de lei poderia ser tanto de leis complementares como de leis ordinárias.

GABARITO: B

03- as alternativas A, B, C e D estão de acordo com a Lei 9.709/1998, estando, portanto, incorreta a alternativa E, pois o mínimo de Estados nos quais deve-se obter a subscrição de eleitores é de cinco e não de seis. Essa previsão também consta do art. 61, § 2º, da Constituição Federal.

GABARITO: E

04- De acordo com o art. 21 da Constituição Federal, são competências exclusivas da União aquelas constantes nos números I, II, III e V. As competências das assertivas IV e VI são comuns, previstas no art. 23 da CF.

GABARITO: A

05- A alternativa D reproduz o conteúdo do art. 77, § 4º, da Constituição Federal: “Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.”. O erro da alternativa A está na data do segundo turno; A alternativa B está incorreta, pois não são computados os votos em branco e nulos; o erro da alternativa C está no fato de que a segunda votação, com apenas dois candidatos, necessariamente tem um vencedor; a alternativa E, por fim, está incorreta quanto ao critério de eleição.

GABARITO: D

06- A escolha de dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União é do Congresso Nacional (art. 49, XIII, da CF); as demais atribuições são todas do Presidente da República (art. 84 da CF).

GABARITO: B

07- A definição correta de políticas públicas engloba ações e estratégias adotadas pelo governo para solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida da população, diferentemente das alternativas incorretas que restringem o conceito ao setor privado, excluem a participação social, ou limitam a execução a financiamentos estrangeiros e ao âmbito municipal.

GABARITO: C

GABARITO E COMENTÁRIOS:

08- A fase de formulação de políticas públicas inclui a identificação dos problemas que precisam ser resolvidos e a elaboração de propostas para enfrentá-los. As alternativas incorretas confundem outras fases do ciclo de políticas públicas ou descrevem ações que não fazem parte dessa etapa.

GABARITO: A

09- o monitoramento deve ser contínuo e sistemático, permitindo ajustes durante a execução das políticas públicas. As alternativas incorretas subestimam a importância do monitoramento contínuo, limitam a avaliação a órgãos governamentais, ou sugerem que o monitoramento e a avaliação são desnecessários.

GABARITO: D

10- as assertivas I, II e III representam os incisos de mesmo número do art. 49 da Constituição Federal, que representa as atribuições exclusivas do Congresso Nacional, enquanto as assertivas IV e V reproduzem atribuições do Congresso Nacional que dependem da sanção presidencial (art. 48, IV e V).

GABARITO: D

11- O financiamento dos sistemas de programas nacionais não se dá exclusivamente por meio da transferência de recursos da União para os estados e municípios. Fontes complementares de financiamento, como a arrecadação de tributos próprios e a captação de recursos em parcerias com o setor privado, também podem ser utilizadas.

GABARITO: E

12- Não há qualquer menção a finalidade de acompanhar o controle interno no exercício de sua missão institucional; as outras finalidades constam expressamente do art. 74 da Constituição Federal.

GABARITO: A

13- De acordo com o texto expresso do Anexo do Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009, a responsabilidade da implementação do objetivo estratégico mencionado é da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente.

GABARITO: C

14- De acordo com o art. 74, I, da Constituição Federal, O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete: I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.

GABARITO: D

GABARITO E COMENTÁRIOS:

15- Embora o princípio da precaução seja, de fato, fundamental para o desenvolvimento sustentável, ele não significa a paralisação das atividades em face de riscos incertos, mas exige a adoção de medidas cautelosas e a busca por soluções inovadoras que minimizem os riscos potenciais, permitindo o desenvolvimento social e econômico em harmonia com a proteção ambiental.

GABARITO: B

16- As mudanças climáticas podem afetar a produção agrícola de diversas maneiras, incluindo a redução da produtividade das lavouras, a intensificação de pragas e doenças e a alteração dos padrões de precipitação, justamente o inverso do texto da alternativa.

GABARITO: E

17- Em que pese a memória social e o enfrentamento do autoritarismo sejam ferramentas essenciais para a prevenção de novas violações de direitos humanos, a prevenção em si não é um objetivo final, haja vista que o objetivo central é a construção de uma sociedade mais justa e democrática, na qual os direitos humanos sejam plenamente respeitados e protegidos. Entende-se, assim, que a memória social e o enfrentamento do autoritarismo contribuem para esse objetivo, mas não o garantem por si só.

GABARITO: B

18- Políticas de redistribuição de renda, como aumento do salário-mínimo e impostos progressivos, são medidas eficazes para reduzir a desigualdade de renda e promover maior equidade econômica.

GABARITO: B

19- A alternativa reproduz os incisos do art. 194, parágrafo único, da Constituição Federal.

GABARITO: E

20- Incentivar a contratação de trabalhadores mais velhos e investir em infraestrutura, educação e saúde nas regiões mais pobres são estratégias eficazes para combater as desigualdades regionais e etárias.

GABARITO: A

21- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO I - Seção I

Das Regras Deontológicas

I - A dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o servidor público, seja no exercício do cargo ou função, ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio poder estatal. Seus atos, comportamentos e atitudes serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos.

GABARITO: C

GABARITO E COMENTÁRIOS:

22- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO I

Seção I

Das Regras Deontológicas

III - A moralidade da Administração Pública não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum. O equilíbrio entre a legalidade e a finalidade, na conduta do servidor público, é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo.

GABARITO: D

23- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO I

Seção I

Das Regras Deontológicas

VII - Salvo os casos de segurança nacional, investigações policiais ou interesse superior do Estado e da Administração Pública, a serem preservados em processo previamente declarado sigiloso, nos termos da lei, a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

GABARITO: B

24- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO I

Seção I

Das Regras Deontológicas

XII - Toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.

GABARITO: C

25- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO I

Seção II

Dos Principais Deveres do Servidor Público

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

j) zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva;

GABARITO: D

26- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO I - Seção III

Das Vedações ao Servidor Público

p) exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.

GABARITO: E

GABARITO E COMENTÁRIOS:

27- Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES DE ÉTICA

XXII - A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

GABARITO: A

28- DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Art. 3º São princípios da governança pública:

I - capacidade de resposta;

II - integridade;

III - confiabilidade;

IV - melhoria regulatória;

V - prestação de contas e responsabilidade; e

VI - transparência.

GABARITO: B

29- DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Art. 4º São diretrizes da governança pública:

V - fazer incorporar padrões elevados de conduta pela alta administração para orientar o comportamento dos agentes públicos, em consonância com as funções e as atribuições de seus órgãos e de suas entidades;

GABARITO: E

30- DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Art. 5º São mecanismos para o exercício da governança pública:

II - estratégia, que compreende a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem o resultado pretendido; e

GABARITO: A

31- DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

Art. 19. Os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional instituirão programa de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção, estruturado nos seguintes eixos:

I - comprometimento e apoio da alta administração;

II - existência de unidade responsável pela implementação no órgão ou na entidade;

III - análise, avaliação e gestão dos riscos associados ao tema da integridade; e

IV - monitoramento contínuo dos atributos do programa de integridade.

GABARITO: E

GABARITO E COMENTÁRIOS:

32- LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

GABARITO: B

33- LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

GABARITO: A

34- LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021

Art. 3º São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

- VIII - o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

GABARITO: B

35- A homofobia é o termo geral normalmente utilizado para se referir ao preconceito e à discriminação em razão de orientação sexual. No caso, pessoas que se sentem atraídas por pessoas do mesmo sexo (gays, lésbicas ou bissexuais).

GABARITO: C

36- A transfobia é o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero, contra travestis e transexuais. Uma pessoa transexual possui uma identidade de gênero diferente do seu sexo biológico.

GABARITO: B

37- Racismo camuflado de piada, humor hostil e brincadeiras disfarçadas de ofensas contra grupos específicos. Essas são algumas das formas de preconceito que passaram a ser crimes no Brasil recentemente, quando a legislação passou a considerar o racismo recreativo um ato criminoso e passível de prisão por até 5 anos.

GABARITO: C

38- O etarismo é uma forma de discriminação e preconceito contra pessoas com base na idade. Este fenômeno pode manifestar-se de várias formas, como piadas, infantilização e atitudes de exclusão, e pode afetar a saúde física e mental das pessoas mais velhas, contribuindo para o seu isolamento social.

GABARITO: B

GABARITO E COMENTÁRIOS:

39- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

GABARITO: D

40- A lei sancionada em janeiro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo, também protege a liberdade religiosa. A lei, agora, prevê pena de 2 a 5 anos para quem obstar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações ou práticas religiosas. A pena será aumentada a metade se o crime for cometido por duas ou mais pessoas, além de pagamento de multa. Antes, a lei previa pena de 1 a 3 anos de reclusão.

GABARITO: A

41- (A) princípio da legalidade

Comentário: alternativa correta. O princípio da legalidade, na Administração Pública, é um dos mais importantes, previsto no artigo 37 da CF/88, estabelecendo que os administradores públicos somente podem fazer o que a lei permite. Em outras palavras, a atuação do administrador deve estar em consonância com os limites da legislação.

No caso do enunciado, o prefeito, mesmo sem a aprovação do Poder Legislativo, decidiu iniciar a execução dos programas orçamentários, o que fere o princípio da legalidade. Deveria o prefeito Mévio aguardar a aprovação, para somente depois utilizar os recursos orçamentários.

b) princípio da eficiência

Comentário: alternativa incorreta. O princípio da eficiência determina que os atos da administração devem ser realizados com maior qualidade, competência e eficácia possível, sempre em prol da sociedade.

No caso da questão, o problema é que houve execução de serviço sem o devido amparo legal, e não por conta de gestão eficiente dos recursos.

c) princípio da transparência

Comentário: alternativa incorreta. O princípio da transparência está relacionado à obrigação das entidades públicas de serem abertas e claras em suas ações e decisões, garantindo que os cidadãos tenham acesso às informações necessárias para compreender e fiscalizar a atuação governamental.

Como se viu, o caso em tela não trata diretamente sobre o referido princípio.

d) princípio da moralidade

Comentário: alternativa incorreta. O princípio da moralidade se relaciona com a ética e padrões de conduta do administrador público. Não obstante num primeiro momento possa parecer que o problema é questionável em relação à ética, fato é que a questão central é justamente a ausência de autorização legal para executar as obras, em razão do orçamento.

GABARITO E COMENTÁRIOS:

e) princípio da publicidade

Comentário: alternativa incorreta. Esse princípio impõe que os atos e processos administrativos sejam divulgados de forma ampla e acessível, garantindo assim que a sociedade tome conhecimento das atividades governamentais.

O enunciado não menciona se a ação do prefeito foi oculta ou divulgada, por isso esta alternativa não é a correta.

Comentário final: dessa forma, a alternativa correta é a letra “a” que trata do princípio da legalidade, pois o foco da questão é a ausência de aprovação da proposta orçamentária, que deveria ter ocorrido por meio de lei. Como se viu, a lei não foi aprovada, pois a sessão terminou sem que a proposta orçamentária fosse aprovada.

Gabarito: A

42- a) O princípio da impessoalidade determina que a administração pública deve priorizar os interesses pessoais dos agentes públicos em detrimento do interesse público.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da impessoalidade visa justamente o contrário: evitar que os interesses pessoais dos agentes públicos prevaleçam sobre o interesse público.

b) O princípio da impessoalidade exige que as decisões administrativas sejam tomadas com base em critérios objetivos e impessoais, visando o interesse público e evitando favoritismos.

Comentário: alternativa correta, pois descreve adequadamente o princípio da impessoalidade, que busca garantir que as ações e decisões na Administração Pública sejam fundamentadas em critérios objetivos, evitando qualquer tipo de favorecimento ou perseguição pessoal.

c) O princípio da impessoalidade permite que os agentes públicos utilizem seu cargo para promover interesses pessoais, desde que isso não prejudique a administração pública.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da impessoalidade proíbe que os agentes públicos utilizem seu cargo para promover interesses pessoais, independentemente de qualquer prejuízo à administração pública.

d) O princípio da impessoalidade se aplica apenas às decisões administrativas de alto impacto e não às atividades rotineiras dos servidores públicos.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da impessoalidade se aplica a todas as ações e decisões dos agentes públicos, incluindo atividades rotineiras, e não apenas às de alto impacto.

e) O princípio da impessoalidade impede a administração pública de realizar qualquer ação que beneficie diretamente um cidadão específico, independentemente da legalidade dessa ação.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da impessoalidade não impede ações que beneficiem diretamente um cidadão específico, desde que essas ações sejam legais e fundamentadas no interesse público, sem favorecimentos pessoais indevidos.

Comentário final: em resumo, o princípio da publicidade visa assegurar a transparência na administração pública, garantindo que os cidadãos tenham acesso às informações necessárias para o exercício do controle social, a participação democrática e a fiscalização da gestão pública. Isso promove uma administração mais ética, eficiente e responsável, por isso a alternativa que melhor se coaduna é a letra “b”.

Gabarito: B

GABARITO E COMENTÁRIOS:

43- a) O princípio da moralidade permite que atos administrativos contrários à ética sejam justificados se houver um benefício econômico para a administração pública.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da moralidade exige que todas as ações dos agentes públicos sejam éticas, independentemente de qualquer benefício econômico. Dessa forma, atos contrários à ética não podem ser justificados sob nenhuma circunstância.

b) O princípio da moralidade exige que os agentes públicos ajam conforme a lei e os padrões éticos aceitos pela sociedade, mesmo que a lei não especifique claramente a conduta esperada.

Comentário: alternativa correta, pois descreve adequadamente o princípio da moralidade. Os agentes públicos devem agir de acordo com a lei e com padrões éticos, garantindo que suas ações sejam moralmente aceitáveis mesmo quando a legislação não é explícita.

c) O princípio da moralidade aplica-se somente aos agentes políticos e não aos servidores públicos em geral.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da moralidade se aplica a todos os agentes públicos, incluindo tanto agentes políticos quanto servidores públicos.

d) O princípio da moralidade é relativo e depende exclusivamente dos valores pessoais de cada agente público.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da moralidade na administração pública é baseado em padrões éticos objetivos e na legislação, e não nos valores pessoais de cada agente público.

e) O princípio da moralidade não tem implicações práticas na administração pública, sendo apenas uma diretriz teórica.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da moralidade tem implicações práticas importantes na administração pública, orientando as ações e decisões dos agentes públicos para garantir a ética e a integridade na gestão pública.

Gabarito: B

44- a) Tício agiu corretamente, pois a urgência da situação justificava a escolha direta da empresa sem necessidade de publicidade.

Comentário: alternativa incorreta, porque mesmo em situações de urgência, é necessário seguir os procedimentos legais, incluindo a publicidade dos atos administrativos, a não ser que a lei preveja uma exceção específica com critérios claros.

b) Tício poderia ter escolhido a empresa diretamente se tivesse consultado outros servidores sobre a capacidade da empresa.

Comentário: alternativa incorreta, porque consultar outros servidores não substitui a obrigatoriedade de publicidade e realização de um processo licitatório, salvo em casos específicos previstos em lei.

c) Tício violou o princípio da publicidade, que exige a divulgação de todos os atos administrativos para garantir transparência e controle social.

Comentário: alternativa correta, pois o princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam divulgados de forma ampla, garantindo a transparência e permitindo o controle social sobre as ações da administração pública.

GABARITO E COMENTÁRIOS:

d) Tício não violou o princípio da publicidade, pois a escolha da empresa mais capacitada justifica a falta de publicidade do processo licitatório.

Comentário: alternativa incorreta, pois a escolha da empresa mais capacitada não justifica a falta de publicidade. A transparência é essencial para garantir que a escolha seja justa e imparcial, conforme previsto em lei.

e) Tício agiu corretamente ao não realizar a publicidade do processo, pois a urgência da obra permitia a dispensa de licitação.

Comentário: alternativa incorreta, pois a urgência de uma obra pode permitir a dispensa de licitação em situações específicas, mas isso não elimina a necessidade de publicidade e transparência no processo, conforme os critérios legais.

Comentário final: Tício violou o princípio da publicidade, que é fundamental para garantir a transparência, a legalidade e o controle social sobre os atos administrativos. A publicidade dos atos administrativos é um requisito essencial para assegurar que todas as ações da administração pública sejam conhecidas pela sociedade, permitindo a fiscalização e a participação dos cidadãos.

Gabarito: C

45- a) Ana agiu de acordo com o princípio da eficiência ao implantar um sistema moderno, independentemente dos problemas de implementação.

Comentário: alternativa incorreta, pois o princípio da eficiência não se resume apenas à adoção de tecnologias modernas, mas também à implementação de maneira que maximize a eficácia e minimize os problemas.

b) Ana violou o princípio da eficiência, pois não considerou todos os aspectos necessários para a implementação bem-sucedida do novo sistema.

Comentário: alternativa correta, pois Ana não garantiu que o novo sistema fosse utilizado de forma eficaz, faltando treinamentos e divulgação adequados, o que comprometeu a eficiência do processo.

c) Ana cumpriu o princípio da eficiência, pois a modernização do sistema por si só é uma medida eficiente.

Comentário: alternativa incorreta, porque a eficiência administrativa requer que as medidas adotadas sejam efetivamente aplicáveis e funcionais na prática, o que não ocorreu devido à falta de preparação e comunicação.

d) Ana não violou o princípio da eficiência, pois qualquer problema decorrente da implementação é natural e não compromete a eficiência administrativa.

Comentário: alternativa incorreta, porque, embora problemas possam ocorrer, a falta de planejamento adequado e de medidas de apoio como treinamento e divulgação comprometem diretamente a eficiência administrativa.

e) Ana poderia ter evitado problemas se tivesse implementado o sistema de forma gradual, sem precisar se preocupar com treinamentos e divulgação.

Comentário: alternativa incorreta porque, embora a implementação gradual possa ser uma estratégia, a ausência de treinamentos e divulgação é uma falha que compromete a eficiência do novo sistema.

GABARITO E COMENTÁRIOS:

Comentário final: a alternativa correta é a B. Ana violou o princípio da eficiência ao não considerar todos os aspectos necessários para a implementação bem-sucedida do novo sistema de agendamento eletrônico. A eficiência administrativa não se refere apenas à adoção de novas tecnologias, mas também à sua correta implementação, que inclui preparar os funcionários e informar a população. O objetivo do princípio da eficiência é garantir que os recursos públicos sejam utilizados da melhor forma possível, alcançando resultados efetivos com o menor custo e tempo, o que não ocorreu neste caso.

Gabarito: B

46- a) João pode definir as atribuições da unidade, estabelecer normas internas claras e distribuir os servidores conforme suas competências, seguindo os princípios da descentralização e da coordenação.

Comentário: alternativa correta. O Decreto-Lei nº 200/1967, especialmente em seus artigos 6º e 10, prevê a descentralização e a coordenação como princípios fundamentais para a organização da administração pública. João pode estabelecer atribuições claras, normas internas e distribuir adequadamente os servidores para garantir o bom funcionamento da unidade.

b) João deve centralizar todas as decisões na chefia da unidade para garantir maior controle e eficiência, conforme o princípio da centralização previsto no Decreto-Lei nº 200/1967.

Comentário: alternativa incorreta. O Decreto-Lei nº 200/1967 promove a descentralização como um princípio fundamental (Artigo 10), e não a centralização. Centralizar todas as decisões não está de acordo com os princípios de eficiência e flexibilidade da administração pública.

c) João deve solicitar que todas as decisões e definições de atribuições sejam feitas exclusivamente pelo Ministro da Educação, conforme o princípio da hierarquia do Decreto-Lei nº 200/1967.

Comentário: alternativa incorreta. Embora o princípio da hierarquia seja importante (art. 6º), não significa que todas as decisões devam ser feitas exclusivamente pelo Ministro. João tem a responsabilidade de organizar a unidade conforme as diretrizes gerais, promovendo a descentralização e a coordenação.

d) João deve esperar que as definições das atribuições e normas internas venham exclusivamente da Presidência da República, pois a organização das unidades administrativas é competência exclusiva do Presidente, conforme o Decreto-Lei nº 200/1967.

Comentário: alternativa incorreta. A organização interna das unidades administrativas não é competência exclusiva da Presidência da República. O Decreto-Lei nº 200/1967 prevê a descentralização e a delegação de competências (artigos 10 e 14).

e) João deve promover a autarquia da unidade, garantindo que ela opere de forma completamente independente das demais unidades do Ministério da Educação, conforme o princípio da autonomia administrativa do Decreto-Lei nº 200/1967.

Comentário: alternativa incorreta. O Decreto-Lei nº 200/1967 não prevê a criação de autarquias de forma indiscriminada dentro dos ministérios. A autonomia administrativa deve ser balanceada com a necessidade de coordenação e controle.

GABARITO E COMENTÁRIOS:

Comentário: João pode definir as atribuições da unidade, estabelecer normas internas claras e distribuir os servidores conforme suas competências, seguindo os princípios da descentralização e da coordenação previstos no Decreto-Lei nº 200/1967. Os artigos 6º e 10º destacam a importância de uma organização eficiente, descentralizada e coordenada, garantindo que cada unidade administrativa opere de maneira integrada e funcional dentro do sistema maior da administração pública.

Gabarito: A

47- a) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a licença para tratar de interesses particular permite o exercício de outra atividade remunerada.

Comentário: alternativa incorreta. A licença para tratar de interesses particulares (artigo 91 da Lei nº 8.112/90) não autoriza o servidor a exercer outra atividade remunerada, exceto nos casos previstos em lei.

b) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, desde que tenha comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a nova ocupação.

Comentário: alternativa incorreta. A licença para tratar de interesses particulares não permite o exercício de atividade remunerada, mesmo que o servidor comunique formalmente ao seu órgão de origem.

c) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a Lei nº 8.112/90 permite a acumulação de cargos públicos e privados durante a licença para tratar de interesses particulares.

Comentário: alternativa incorreta. A acumulação de cargos públicos e privados não é permitida durante a licença para tratar de interesses particulares. Esta licença é concedida apenas para que o servidor possa tratar de assuntos particulares, sem remuneração do serviço público.

d) Carlos agiu corretamente ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a licença para tratar de interesses particulares é um direito do servidor para buscar outras oportunidades profissionais.

Comentário: alternativa incorreta. A licença para tratar de interesses particulares não se destina a buscar outras oportunidades profissionais, mas sim para que o servidor possa se dedicar a assuntos particulares sem prejuízo de seus vencimentos.

e) Carlos agiu de forma inadequada ao aceitar o emprego na empresa privada, pois a Lei nº 8.112/90 veda o exercício de atividade remunerada durante a licença para tratar de interesses particulares.

Comentário: alternativa correta. O artigo 91 da Lei 8.112/90 estabelece que durante a licença para tratar de interesses particulares, o servidor não poderá exercer atividade remunerada em outra entidade pública ou privada, salvo nos casos previstos em lei.

Gabarito: E

GABARITO E COMENTÁRIOS:

48- a) Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares permite a participação em atividades de aprimoramento profissional.

Comentário: alternativa incorreta. A licença para tratar de interesses particulares não permite ao servidor participar de atividades educacionais ou de aprimoramento.

b) Maria poderia participar do curso de capacitação, se tivesse comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a participação no curso.

Comentário: alternativa correta. Segundo o artigo 81 da Lei 8.112/90, o servidor em licença para tratar de interesses particulares deve comunicar previamente ao órgão de origem qualquer atividade que possa interferir no seu afastamento ou na sua situação funcional. O processo de requerimento também deve abarcar a autorização da chefia,

c) Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, pois a Lei nº 8.112/90 não exige que o servidor comunique atividades educacionais durante a licença para tratar de interesses particulares.

Comentário: alternativa incorreta. A Lei nº 8.112/90 exige que o servidor comunique ao órgão de origem qualquer atividade que possa interferir no seu afastamento ou na sua situação funcional.

d) Maria agiu de forma inadequada ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares veda o envolvimento em atividades educacionais.

Comentário: alternativa incorreta. A licença para tratar de interesses particulares não proíbe especificamente atividades educacionais, mas é concedida para assuntos particulares do servidor e não para participação em cursos ou atividades profissionais.

e) Maria agiu de forma inadequada ao participar do curso de capacitação, pois a licença para tratar de interesses particulares não permite o afastamento para participação em cursos ou atividades que não sejam estritamente pessoais.

Comentário: alternativa incorreta. A licença para tratar de interesses particulares permite ao servidor afastar-se do serviço público para tratar de assuntos particulares, mas não inclui a participação em cursos ou atividades que visem ao aprimoramento profissional.

Comentário final: para responder a essa questão, necessário conhecer alguns dispositivos legais previstos na Lei 8.112/90 (artigos 81, 82 e 87). Dessa forma, Maria agiu corretamente ao participar do curso de capacitação, desde que tenha comunicado formalmente ao seu órgão de origem sobre a participação no curso. O artigo 81 da Lei nº 8.112/90 estabelece que durante a licença para tratar de interesses particulares, o servidor deve comunicar previamente ao órgão de origem qualquer atividade que possa interferir no seu afastamento ou na sua situação funcional, assegurando a transparência e a regularidade administrativa.

Gabarito: B

GABARITO E COMENTÁRIOS:

49- a) Centralização, que determina que todas as decisões devem ser tomadas exclusivamente pelo Presidente da República, garantindo a unidade de comando.

Comentário: alternativa incorreta. O Decreto-Lei nº 200/1967 promove a descentralização administrativa como princípio fundamental, visando distribuir competências e promover maior eficiência na gestão pública.

b) descentralização, a que se refere à distribuição de competências dentro de um mesmo órgão ou entidade, possibilitando maior eficiência administrativa.

Comentário: alternativa correta. O princípio da descentralização está previsto no Decreto-Lei 200/1967 (art. 10), indicando que a distribuição de competências dentro de um mesmo órgão ou entidade permite uma administração mais eficiente e próxima das necessidades locais.

No mais, para responder a essa questão, importante a leitura do art. 6º do referido decreto.

c) autonomia, que permite que cada órgão público opere de forma independente, sem a necessidade de seguir as diretrizes gerais estabelecidas pelo Executivo.

Comentário: alternativa incorreta. O Decreto-Lei nº 200/1967 não prevê autonomia absoluta dos órgãos públicos. A autonomia administrativa deve ser exercida dentro dos limites estabelecidos pelas diretrizes gerais do Executivo.

d) delegação, que tem como única exceção a transferência de competência do Presidente da República para os ministros de Estado, visando descentralizar a gestão administrativa.

Comentário: alternativa incorreta. Delegação de competências está prevista no Decreto-Lei nº 200/1967 (artigo 11º), permitindo a transferência de atribuições do Presidente da República para os ministros de Estado, o que contribui para a descentralização administrativa e para uma gestão mais eficiente (observar também o artigo 12).

e) coordenação que, embora não prevista expressamente no Decreto-Lei 200/1967, determina a atuação integrada entre os diversos órgãos da Administração Pública, assegurando a eficácia na execução das políticas públicas.

Comentário: alternativa incorreta. A coordenação entre os órgãos da Administração Pública é um dos princípios fundamentais estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 200/1967 (artigo 10º), visando garantir a harmonia e a eficácia na execução das políticas públicas.

Gabarito: B

50- a) O princípio da transparência, que determina que todas as informações relativas à gestão fiscal devem ser amplamente divulgadas, garantindo o acesso público aos dados financeiros do governo

Comentário: esta alternativa está correta. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) estabelece, em seus artigos 48 e seguintes, o princípio da transparência, que visa garantir ampla divulgação e acesso público às informações fiscais, promovendo a accountability e o controle social sobre a gestão dos recursos públicos. A accountability, ou responsabilização política, é crucial para garantir que os representantes eleitos prestem contas às suas comunidades e sejam responsáveis por suas ações.

GABARITO E COMENTÁRIOS:

b) O princípio da redistribuição, que estabelece que o governo deve redistribuir os recursos orçamentários de forma equitativa entre os diferentes estados e municípios da federação.

Comentário: alternativa incorreta. A Lei de Responsabilidade Fiscal não trata diretamente do princípio da redistribuição de recursos entre os entes federativos. Seu foco está na disciplina fiscal e na responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

c) O princípio do nepotismo, que veda a contratação de parentes de autoridades públicas para cargos em comissão ou funções de confiança.

Comentário: alternativa incorreta. O princípio do nepotismo não está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas sim em normas específicas de ética e probidade na administração pública.

d) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, que determina que todas as decisões orçamentárias devem ser orientadas para o benefício da coletividade.

Comentário: alternativa está incorreta. Embora seja um princípio importante na administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal não trata especificamente da supremacia do interesse público sobre o privado, mas sim de normas fiscais e de gestão responsável dos recursos públicos.

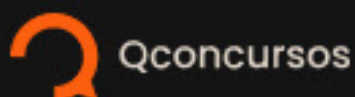
e) O princípio da autonomia administrativa, que assegura que cada ente federativo pode gerir seus recursos sem a necessidade de seguir as diretrizes fiscais estabelecidas pela União.

Comentário: alternativa incorreta. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece diretrizes e limites fiscais que devem ser seguidos por todos os entes federativos, visando garantir a responsabilidade na gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas.

Comentário final: a alternativa correta é a A. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) estabelece o princípio da transparência como um dos pilares fundamentais, garantindo a ampla divulgação e o acesso público às informações fiscais, promovendo assim a accountability e o controle social sobre a gestão dos recursos públicos. Este princípio contribui para a fiscalização e para a garantia de uma gestão fiscal responsável por parte dos entes federativos.

Segundo se extrai do artigo 1º da LRF, são princípios: (i) planejamento; (ii) equilíbrio; (iii) transparência; (iv) controle; e (v) responsabilização.

Gabarito: letra A



Continue **estudando** **com conteúdo** **gratuito!**

+de 350 cursos preparatórios

+1.8 milhões de questões em concursos

+10 milhões de comentários em questões

+2 mil mapas mentais

+4 mil cursos direcionados

e **28 milhões** de alunos

Cadastre-se para acessar.